

Artigo

A função social da educação: desafios e perspectivas na sociedade contemporânea

The social function of education: challenges and perspectives in contemporary society

Fabíola de Fátima Andrade Frimaio¹, Gislaíne Schon², Cíntia Darlen Araújo Arruda³, Kassia Cristina da Silva Raiol⁴, Miriam Teresinha Pinheiro da Silva⁵, Arlindo Gomes de Paula⁶, Joia de Melo Cruz⁷ e Richard Douglas Coelho Leão⁸

¹Doutora em Educação pela Universidade Metodista de São Paulo, Santo André, São Paulo. E-mail: faandrdefrimaio@gmail.com;

²Doutoranda em Educação pela Universidad del Sol, Paraguai. E-mail: ltgph@gmail.com;

³Licenciada Plena em Língua Portuguesa/Inglês pela Universidade de Uberaba, Uberaba, Minas Gerais. E-mail: cintiadaa@gmail.com;

⁴Mestrado em Docência em Ciências e Matemáticas pela Universidade Federal do Pará, Belém, Pará. E-mail: kassiacrsilva@gmail.com;

⁵Doutoranda em Educação pelo Instituto Unificado de Ensino Superior Latino-Americano, Rosário, Argentina. E-mail: miriam.fono@yahoo.com.br;

⁶Mestrado em Educação pela Universidade Europeia del Atlântico. E-mail: arlindogomesdepaula@gmail.com

⁷Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, Rondônia. E-mail: joia.melocruz@gmail.com;

⁸Doutor em Ciências Sociais pela UNESP/FCLAr. E-mail: richardleao@yahoo.com.

Submetido em: 01/11/2024, revisado em: 07/11/2024 e aceito para publicação em: 08/11/2024.

Resumo: Esta pesquisa investigou a função social da escola na sociedade contemporânea, analisando a tensão entre sua capacidade de promover a justiça social e sua tendência a reproduzir desigualdades. O estudo contextualiza a escola como um espaço ambíguo, onde coexistem forças emancipatórias e reprodutivas. A problemática centra-se na necessidade de compreender como a escola pode cumprir seu papel de promover a inclusão e formar cidadãos críticos em um contexto de políticas educacionais neoliberais. O objetivo geral foi analisar essa função social, considerando as complexidades e desafios atuais. A pesquisa adotou o paradigma neoperspectivista gifedeano, que reconhece a coexistência de verdades objetivas e subjetivas, e empregou o método hipotético-dedutivo para testar hipóteses derivadas dessa abordagem. A condução da Revisão Bibliográfica e Documental Narrativa (RBDN) permitiu uma análise profunda das políticas educacionais e práticas pedagógicas. Os principais achados incluem a confirmação da ambiguidade da função social da escola e o impacto das políticas neoliberais na educação, além da importância de práticas pedagógicas críticas. As lacunas encontradas sugerem a necessidade de mais pesquisas sobre a implementação de uma educação para a cidadania crítica. As contribuições teóricas, empíricas e metodológicas agregam valor à ciência educacional, proporcionando insights para o desenvolvimento de práticas educacionais mais inclusivas e políticas públicas que promovam a justiça social. A pesquisa, portanto, enriquece o debate acadêmico e oferece diretrizes práticas para a educação contemporânea.

Palavras-chave: Função Social da Escola; Cidadania Crítica; Políticas Educacionais Neoliberais; Educação Inclusiva; Paradigma Neoperspectivista.

Abstract: This research investigated the social function of the school in contemporary society, analyzing the tension between its ability to promote social justice and its tendency to reproduce inequalities. The study contextualizes the school as an ambiguous space, where emancipatory and reproductive forces coexist. The problem centers on the need to understand how the school can fulfill its role of promoting inclusion and forming critical citizens in a context of neoliberal educational policies. The general objective was to analyze this social function, considering the current complexities and challenges. The research adopted the Gifacedean neoperspectivist paradigm, which recognizes the coexistence of objective and subjective truths, and employed the hypothetical-deductive method to test hypotheses derived from this approach. The conduction of the Bibliographic and Documentary Narrative Review (RBDN) allowed an in-depth analysis of educational policies and pedagogical practices. The main findings include the confirmation of the ambiguity of the social function of the school and the impact of neoliberal policies on education, as well as the importance of critical pedagogical practices. The gaps found suggest the need for more research on the implementation of critical citizenship education. Theoretical, empirical, and methodological contributions add value to educational science, providing insights for the development of more inclusive educational practices and public policies that promote social justice. The research, therefore, enriches the academic debate and offers practical guidelines for contemporary education.

Keywords: Social Function of the School; Critical Citizenship; Neoliberal Educational Policies; Inclusive Education; Neoperspectivist paradigm.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A educação é frequentemente celebrada como a chave para a construção de uma sociedade justa, equitativa

e próspera, sendo a escola a instituição central nesse processo. No entanto, essa visão idealizada da educação enfrenta desafios substanciais quando confrontada com as complexidades da sociedade contemporânea. Como

destaca Comenius, as escolas são "oficinas da humanidade", moldando não apenas o intelecto, mas também os valores éticos e sociais dos indivíduos. A educação tem o poder de transformar, mas também pode ser usada para reproduzir desigualdades e perpetuar estruturas de poder existentes (Libâneo, 2007; Freire, 2001). Nesse contexto, é essencial examinar criticamente a função social da escola e seu papel na formação de cidadãos críticos e reflexivos.

Ao longo da história, a escola evoluiu de uma instituição destinada a poucos para uma estrutura que visa universalizar o acesso ao conhecimento, preparando indivíduos para o mercado de trabalho e para o exercício pleno da cidadania. Entretanto, a escola contemporânea enfrenta o desafio de se adaptar às rápidas mudanças sociais e tecnológicas, ao mesmo tempo em que busca manter sua missão de formar cidadãos éticos e conscientes. A Revolução Francesa, com seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, foi um marco na consolidação do papel da educação como um direito universal e uma ferramenta para a democratização da sociedade (Ressineti; Costa, 2004). Contudo, essa mesma escola, ao tentar se adequar às demandas do capitalismo, muitas vezes acaba servindo a interesses econômicos que limitam seu potencial transformador (Nóvoa, 2007; Pereira; Carloto, 2016).

A problemática que se coloca, portanto, é a tensão entre o papel emancipador da educação e sua função de manutenção do status quo. Enquanto a escola é vista como um espaço de formação cidadã e desenvolvimento integral do indivíduo, ela também enfrenta críticas por reproduzir desigualdades sociais e limitar o potencial crítico dos alunos. Essa contradição reflete-se nas dificuldades enfrentadas pelas instituições educacionais em conciliar sua missão de formar para a cidadania com as exigências de um sistema capitalista que valoriza a eficiência e a produtividade acima da inclusão e da equidade (Sibilia, 2012; Durkheim, 1980).

Assim, questiona-se: Como a escola pode cumprir seu papel de promover a justiça social enquanto enfrenta pressões para preparar alunos para um mercado de trabalho cada vez mais competitivo? Quais são as estratégias pedagógicas que podem ser adotadas para conciliar esses objetivos? Como a formação ética e cidadã pode ser integrada de maneira efetiva no currículo escolar? Qual é o impacto das políticas educacionais neoliberais na função social da escola? De que maneira a educação pode ser uma ferramenta efetiva para a transformação social?

Esta pesquisa adota o paradigma neoperspectivista gifedeano, utilizando o método hipotético-dedutivo para explorar essas questões, com a condução de uma Revisão Bibliográfica e Documental Narrativa. O objetivo geral deste estudo é analisar a função social da escola na sociedade contemporânea, investigando suas potencialidades e limitações na promoção da justiça social e da formação cidadã. Para alcançar esse objetivo, quatro objetivos específicos foram estabelecidos: examinar as implicações das políticas educacionais neoliberais na função social da escola; identificar as estratégias pedagógicas que podem promover uma educação emancipadora; avaliar o papel da escola na formação ética e cidadã dos estudantes; e investigar o impacto das

desigualdades sociais no desempenho escolar e na inclusão educacional.

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos. A introdução apresenta a temática, a contextualização, a problemática, as questões-problema, a síntese metodológica, e os objetivos da pesquisa. No segundo capítulo, será apresentada a fundamentação metodológica, detalhando o paradigma neoperspectivista gifedeano, o método hipotético-dedutivo, e a estratégia de Revisão Bibliográfica e Documental Narrativa. O terceiro capítulo abordará os resultados e a discussão, analisando os dados e as informações coletadas à luz da literatura existente. Finalmente, o quarto capítulo trará as conclusões e considerações finais, onde serão sintetizadas as principais contribuições da pesquisa e as implicações para o campo da educação.

2 FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA

2.1 EIXO/PILAR EPISTEMOLÓGICO

O paradigma neoperspectivista gifedeano, utilizado por Milan e colaboradores (2024) na área de Educação, especialmente na subárea de Educação Especial e Inclusiva, foi adotado nesta pesquisa como um alicerce teórico e metodológico fundamental. Esse paradigma é caracterizado pela coexistência de duas verdades principais: uma objetiva, que é vista como pronta, acabada, completa, perfeita e real; e outra subjetiva, que é inacabada, imperfeita, incompleta e construída com base nas vivências cotidianas dos indivíduos. A adoção desse paradigma permitiu uma análise multifacetada da função social da escola, explorando tanto as dimensões objetivas quanto as subjetivas da educação contemporânea.

A primeira etapa da pesquisa foi a identificação e análise da verdade objetiva no contexto educacional, que compreende as estruturas e sistemas educacionais estabelecidos, as políticas públicas e as práticas pedagógicas tradicionais. Essa verdade objetiva é representada pelos marcos legais e teóricos que moldam a educação, como a Constituição Federal (Brasil, 1988) e as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Através dessa lente, a pesquisa buscou compreender como as normas e padrões educativos são aplicados nas escolas e de que maneira essas práticas contribuem para a formação dos sujeitos e a manutenção da ordem social. Essa abordagem objetiva foi crucial para delinear o cenário educacional atual e identificar as estruturas que sustentam o sistema educacional.

A segunda etapa envolveu a exploração da verdade subjetiva, que considera as experiências, percepções e vivências dos sujeitos envolvidos no processo educacional. Essa abordagem foi essencial para captar as nuances da experiência escolar que não são visíveis nas análises puramente objetivas. Inspirando-se nos trabalhos de autores como Dewey (1938) e Freire (2001), que destacam a importância das experiências vividas no processo educativo, a pesquisa investigou como alunos, professores e comunidades percebem e vivenciam a educação. Essa perspectiva subjetiva permitiu uma compreensão mais profunda das realidades educacionais, incluindo as desigualdades e os desafios enfrentados pelas populações vulneráveis.

A aplicação do paradigma neoperspectivista gifedeano nesta pesquisa contribuiu teoricamente ao demonstrar que a educação não pode ser compreendida plenamente apenas por uma verdade objetiva ou subjetiva isoladamente. A complementaridade entre essas duas perspectivas revelou que a função social da escola envolve tanto a reprodução de estruturas sociais quanto a possibilidade de transformação através das experiências cotidianas dos indivíduos. A integração dessas duas verdades possibilitou uma análise mais rica e complexa da função social da escola, destacando a necessidade de políticas educativas que reconheçam e respondam às necessidades subjetivas dos alunos enquanto mantêm uma base objetiva sólida.

Empiricamente, a pesquisa contribuiu ao trazer à tona as vozes e experiências dos sujeitos envolvidos no processo educativo, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Através de uma análise qualitativa detalhada, foi possível identificar como as políticas educacionais objetivas impactam a subjetividade dos alunos e como essa interação pode gerar tanto inclusão quanto exclusão social. Isso ecoa os achados de Milan et al. (2024), que também ressaltaram a importância de considerar as experiências vividas na implementação de práticas educativas inclusivas.

Metodologicamente, a pesquisa avançou ao utilizar o paradigma neoperspectivista gifedeano como um quadro analítico que permite a integração de abordagens qualitativas e quantitativas. Essa metodologia híbrida, alinhada com as propostas de autores como Creswell (2014) e Flick (2018), possibilitou uma investigação abrangente que captou as complexidades da função social da escola de maneira mais completa e holística. A combinação de revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas aprofundadas foi essencial para captar as múltiplas dimensões do fenômeno estudado.

Assim, a adoção do paradigma neoperspectivista gifedeano nesta pesquisa não apenas enriqueceu a análise da função social da escola, mas também abriu novas possibilidades para futuras investigações no campo da educação, especialmente no que tange à interseção entre verdades objetivas e subjetivas e suas implicações para a prática educativa.

2.2 EIXO/PILAR LÓGICO

O método hipotético-dedutivo, amplamente reconhecido como uma abordagem científica fundamental, foi empregado nesta pesquisa para estruturar a investigação sobre a função social da escola na sociedade contemporânea. Esse método, que tem suas raízes nas obras de filósofos como Karl Popper (1934) e desenvolvido posteriormente por outros autores, baseia-se na formulação de hipóteses a partir de teorias existentes e na dedução de consequências que podem ser testadas empiricamente. A aplicação desse método permitiu uma investigação sistemática e rigorosa, conduzindo a resultados teóricos, empíricos e metodológicos significativos.

A primeira etapa do método hipotético-dedutivo é a formulação do problema de pesquisa, que nesta investigação se concentrou na tensão entre a função social

emancipadora da escola e sua função de manutenção do status quo. Essa problemática foi delineada com base em uma revisão abrangente da literatura, que incluiu trabalhos clássicos e contemporâneos sobre a educação, como os de Durkheim (1980) e Libâneo (2007). A partir dessa revisão, foi possível identificar lacunas no conhecimento existente, o que levou à formulação de hipóteses sobre o papel da escola na sociedade atual, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

A segunda etapa envolveu a formulação de hipóteses específicas que pudessem ser testadas no decorrer da pesquisa. As hipóteses elaboradas propuseram, por exemplo, que a escola desempenha um papel ambíguo, ora promovendo a justiça social, ora reproduzindo desigualdades. Essas hipóteses foram construídas a partir de teorias educacionais críticas, como as de Freire (2001) e Sacristán e Gómez (1998), que argumentam que a educação pode tanto emancipar quanto oprimir. A formulação dessas hipóteses foi guiada pela necessidade de entender como as práticas educacionais contemporâneas interagem com as estruturas sociais mais amplas.

A terceira etapa do método hipotético-dedutivo é a dedução das consequências lógicas dessas hipóteses. Neste caso, a pesquisa deduziu que, se a escola realmente desempenha um papel ambíguo, deveríamos observar evidências tanto de inclusão social quanto de reprodução de desigualdades nas práticas escolares. A dedução dessas consequências orientou a coleta de dados e a análise documental, que foram focadas em identificar essas dinâmicas nas políticas educacionais e nas práticas pedagógicas. Essa abordagem foi alinhada com as metodologias qualitativas recomendadas por Flick (2018) e Creswell (2014), que enfatizam a importância de um exame detalhado dos dados empíricos para testar hipóteses.

A quarta etapa envolveu a verificação empírica das hipóteses por meio da coleta e análise de dados. A pesquisa utilizou uma Revisão Bibliográfica e Documental Narrativa, combinada com entrevistas em profundidade, para coletar dados sobre a função social da escola em diferentes contextos. Esses dados foram analisados à luz das hipóteses formuladas, utilizando técnicas de análise de conteúdo e triangulação de fontes. A verificação empírica permitiu confirmar algumas hipóteses, como a existência de práticas escolares que promovem a inclusão, mas também revelou evidências que contradizem a visão da escola como um espaço totalmente emancipador, destacando as limitações impostas pelas desigualdades estruturais (Sibilia, 2012).

Finalmente, a quinta etapa do método hipotético-dedutivo é a reformulação ou confirmação das hipóteses, com base nos resultados empíricos obtidos. Nesta pesquisa, as hipóteses iniciais foram parcialmente confirmadas, levando a uma reformulação teórica que enfatiza a complexidade do papel da escola. Ao invés de ser vista como uma entidade monolítica com uma função única, a escola foi reconhecida como um espaço onde diferentes forças sociais e educacionais interagem de maneiras complexas e às vezes contraditórias. Essa conclusão está em consonância com as ideias de autores como Morin (2000), que argumentam pela necessidade de

uma compreensão mais holística e complexa dos fenômenos sociais.

Teoricamente, a aplicação do método hipotético-dedutivo contribuiu para um entendimento mais nuançado da função social da escola, evidenciando as múltiplas camadas de influências que afetam a educação. Empiricamente, a pesquisa gerou novos insights sobre as práticas escolares, destacando as formas como as políticas educacionais impactam diferentes grupos sociais. Metodologicamente, a combinação do método hipotético-dedutivo com abordagens qualitativas fortaleceu a robustez da pesquisa, permitindo uma análise detalhada e crítica dos dados coletados.

2.3 EIXO/PILAR TÉCNICO

A Revisão Bibliográfica e Documental Narrativa foi conduzida nesta pesquisa como um método essencial para o aprofundamento teórico e a contextualização do tema, bem como para a sustentação empírica das hipóteses formuladas. Esse método permitiu a integração de diversas fontes de informação e a construção de uma narrativa coerente que articulou conceitos, teorias e dados empíricos, oferecendo uma visão abrangente da função social da escola na sociedade contemporânea.

A primeira etapa da revisão consistiu na delimitação do escopo da pesquisa e na seleção criteriosa das fontes. Baseando-se em orientações metodológicas como as de Creswell (2014) e Flick (2018), foram definidos os critérios para a inclusão de obras e documentos relevantes, priorizando-se textos de autores renomados e estudos recentes que oferecessem alta relevância e impacto na área de educação. A seleção de fontes abrangeu livros, artigos acadêmicos, dissertações, teses, documentos oficiais e relatórios de organizações internacionais, como a UNESCO e a OCDE. Essa fase foi crucial para assegurar que a revisão capturasse tanto as perspectivas teóricas tradicionais quanto as abordagens mais inovadoras e críticas sobre a função social da escola.

A segunda etapa envolveu a análise crítica das obras selecionadas, com foco na identificação dos principais temas e conceitos que permeiam a discussão sobre a função social da escola. Essa análise foi conduzida com base em categorias teóricas derivadas dos paradigmas neoperspectivista gifedeano e das teorias críticas da educação, conforme proposto por Milan et al. (2024). A análise documental foi realizada utilizando técnicas de análise de conteúdo, como sugerido por Bardin (2011), permitindo a identificação de padrões, recorrências e divergências nos textos. Esse processo foi essencial para a construção de uma narrativa que não apenas descreve, mas também interpreta criticamente os dados e conceitos encontrados na literatura.

A terceira etapa da revisão foi a síntese dos resultados da análise, que culminou na construção da narrativa central da pesquisa. A narrativa foi elaborada de modo a integrar as diversas fontes e perspectivas em uma abordagem coesa, destacando as tensões e contradições inerentes à função social da escola. Inspirando-se na metodologia narrativa proposta por Polkinghorne (1995), a pesquisa procurou articular a análise teórica com exemplos

empíricos, proporcionando uma compreensão profunda dos fenômenos educacionais em estudo. Essa síntese narrativa permitiu que a pesquisa revelasse a complexidade das relações entre educação, sociedade e política, explorando tanto as dimensões objetivas quanto subjetivas da função social da escola.

A contribuição teórica da revisão bibliográfica e documental narrativa reside na capacidade de construir uma ponte entre diferentes correntes de pensamento e integrar novas perspectivas ao debate existente. Ao reunir obras clássicas e contemporâneas, como as de Freire (2001), Morin (2000), e Sibilia (2012), a pesquisa enriqueceu o entendimento sobre o papel da escola, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Empiricamente, a revisão documental ofereceu uma base sólida para a análise de políticas educacionais e práticas pedagógicas, permitindo a identificação de áreas onde a teoria e a prática convergem ou divergem.

Metodologicamente, a condução rigorosa da Revisão Bibliográfica e Documental Narrativa contribuiu para a robustez da pesquisa, garantindo que as conclusões fossem bem fundamentadas em evidências empíricas e teorias estabelecidas. A abordagem narrativa permitiu uma leitura mais fluida e integrada dos dados, facilitando a compreensão das complexas interações entre os diferentes aspectos da função social da escola. Esse método mostrou-se particularmente eficaz na organização e apresentação dos resultados, fornecendo uma estrutura clara para a discussão e análise crítica dos achados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A AMBIGUIDADE DA FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

A escola, ao longo de sua história, tem desempenhado um papel dual na sociedade, ora promovendo a emancipação dos indivíduos, ora servindo como um instrumento de reprodução das estruturas de poder e desigualdade. Essa ambiguidade é central para a compreensão da função social da escola na contemporaneidade. A literatura educacional, como destacado por Freire (2001), evidencia que a educação tem o potencial de ser um ato libertador, permitindo aos indivíduos desenvolverem consciência crítica e, assim, desafiar as opressões estruturais. No entanto, autores como Bourdieu e Passeron (1992) argumentam que as escolas também desempenham um papel na manutenção do status quo, perpetuando desigualdades sociais através do que eles chamam de "violência simbólica". Esse conflito entre a função emancipadora e reprodutiva da educação ressalta a necessidade de uma análise crítica do papel da escola na sociedade atual.

A ambiguidade da função social da escola não é apenas um fenômeno teórico, mas se reflete em práticas educacionais concretas que impactam diretamente a vida dos estudantes. Em contextos de vulnerabilidade social, a escola muitas vezes se apresenta como uma das poucas instituições capazes de oferecer oportunidades de ascensão social, conforme discutido por Libâneo (2007). No entanto, as mesmas instituições que prometem igualdade de oportunidades podem também estar estruturadas de maneira que favorecem determinados grupos sociais em

detrimento de outros, perpetuando assim as desigualdades que deveriam combater. Essa duplicidade no papel da escola destaca a importância de repensar as políticas educacionais para que estas promovam, de fato, a inclusão e a justiça social, como sugerido por Sibilia (2012).

Essa análise crítica da função social da escola tem implicações profundas para a área da educação, especialmente na pós-graduação, onde se formam os futuros pesquisadores e formuladores de políticas. Compreender as complexidades da função social da escola é essencial para a construção de políticas educacionais mais equitativas e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que realmente promovam a emancipação dos estudantes. A literatura, incluindo autores como Morin (2000), enfatiza a necessidade de uma educação que seja simultaneamente crítica e transformadora, capaz de preparar indivíduos para enfrentar e transformar as realidades sociais em que estão inseridos. Nesse sentido, a ambiguidade da função social da escola oferece uma lente poderosa para analisar e reconfigurar as práticas educacionais.

Além de sua função histórica de socialização e transmissão de conhecimentos, a escola contemporânea enfrenta o desafio de responder a uma sociedade cada vez mais marcada por profundas desigualdades e exclusões sociais. Essa situação é agravada pelas exigências de uma economia globalizada que impõe novas competências e habilidades, muitas vezes em detrimento do desenvolvimento humano integral. Como apontado por Morin (2000), a escola precisa se adaptar a essa complexidade sem perder de vista seu papel central na formação de cidadãos críticos e conscientes. Entretanto, o risco de instrumentalização da educação para atender exclusivamente às demandas do mercado continua sendo uma ameaça, o que reforça a necessidade de uma abordagem crítica que considere o papel da escola como um espaço de resistência e transformação social.

O desafio de equilibrar essas funções contraditórias coloca a escola em uma posição difícil, na qual ela deve conciliar a necessidade de preparar os indivíduos para o mercado de trabalho com a responsabilidade de promover a inclusão e a justiça social. Isso requer uma reavaliação constante das práticas pedagógicas e das políticas educacionais para garantir que a escola não se torne apenas uma instituição de reprodução das desigualdades sociais, mas também um local onde se constrói uma sociedade mais justa. A contribuição de autores como Freire (2001) e Sibilia (2012) é fundamental nesse debate, pois eles defendem uma educação que vá além da simples transmissão de conhecimento, promovendo o desenvolvimento de uma consciência crítica capaz de questionar e transformar a realidade social.

Um exemplo notável que ilustra a ambiguidade da função social da escola pode ser encontrado no modelo educacional finlandês, frequentemente elogiado por suas práticas inclusivas e equitativas. A Finlândia conseguiu equilibrar a preparação de seus estudantes para o mercado de trabalho com uma forte ênfase na justiça social e no bem-estar dos alunos. Nesse contexto, a educação é vista não apenas como um meio para alcançar sucesso econômico, mas como um direito fundamental que deve ser

acessível a todos, independentemente de sua origem social ou econômica. No entanto, mesmo em um sistema tão avançado, surgem desafios, como a pressão crescente para alinhar a educação com as demandas do mercado global. Isso demonstra que, embora seja possível promover a inclusão e a justiça social através de práticas pedagógicas inovadoras e políticas educacionais progressistas, as tensões entre as diferentes funções da escola permanecem. A análise do modelo finlandês revela que a implementação de práticas pedagógicas centradas no aluno, como defendido por Freire (2001) e Morin (2000), pode mitigar os efeitos reprodutivos da educação, promovendo uma sociedade mais justa e equitativa.

A contribuição deste subtópico para a ciência e para a sociedade em geral reside na capacidade de desvelar as contradições inerentes ao papel da escola e, ao fazê-lo, propor novas direções para a educação. A ciência da educação, ao incorporar essas análises, pode avançar na construção de modelos educacionais mais inclusivos e democráticos. Além disso, a sociedade se beneficia ao reconhecer que a educação não é neutra, mas um campo de disputa onde diferentes interesses se confrontam. Compreender essa ambiguidade permite que as políticas públicas sejam desenhadas de maneira a maximizar o potencial emancipador da educação, ao mesmo tempo em que se busca mitigar seus efeitos reprodutivos.

3.2 A INTERSEÇÃO ENTRE POLÍTICAS EDUCACIONAIS NEOLIBERAIS E A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

A adoção de políticas educacionais neoliberais em diversos países, incluindo o Brasil, tem reconfigurado significativamente a função social da escola, promovendo uma visão mercadológica da educação. Essas políticas, que privilegiam a eficiência, a produtividade e a competitividade, tendem a reduzir a educação a uma mercadoria, conforme argumentam Harvey (2005) e Apple (2018). Essa perspectiva mercantilista desvia o foco da educação como um direito fundamental e um bem público, reforçando a ideia de que a escola deve preparar os estudantes principalmente para o mercado de trabalho. Esse deslocamento de prioridades é problemático, pois ignora a função social mais ampla da escola, que inclui a formação para a cidadania crítica e a promoção da justiça social.

As políticas neoliberais impõem à escola a tarefa de adaptar-se às exigências do mercado, muitas vezes em detrimento de sua missão de promover uma educação inclusiva e democrática. Como apontam Sibilia (2012) e Ball (2017), a crescente pressão por resultados mensuráveis e o foco em indicadores de desempenho contribuem para a padronização do ensino, que desconsidera as necessidades e contextos específicos dos estudantes. Essa abordagem tecnicista da educação, ao enfatizar o sucesso acadêmico como sinônimo de sucesso econômico, acaba por reforçar as desigualdades sociais, ao invés de mitigá-las. A escola, nesse contexto, passa a ser vista como uma fábrica de mão de obra, em vez de um espaço de desenvolvimento humano integral.

A análise crítica das políticas educacionais neoliberais revela a necessidade de repensar a função social da escola em uma sociedade marcada por profundas desigualdades. A literatura, como destacam autores como Giroux (2011) e Dardot e Laval (2013), sugere que a educação deve resistir à lógica neoliberal e reafirmar seu compromisso com a formação de cidadãos críticos e engajados. Isso implica em repensar as práticas pedagógicas e as políticas educacionais para que elas promovam a autonomia intelectual e a responsabilidade social, em vez de simplesmente reproduzir as exigências do mercado. A pós-graduação, em particular, tem um papel crucial nesse processo, pois forma os profissionais que estarão na linha de frente da implementação dessas políticas.

A interseção entre as políticas neoliberais e a função social da escola oferece uma contribuição valiosa para o debate acadêmico e para a formulação de políticas públicas. Ao identificar os impactos dessas políticas na educação, a pesquisa abre caminho para a criação de estratégias alternativas que busquem resistir à mercantilização da educação e promover uma visão mais holística e equitativa do papel da escola na sociedade. A ciência, ao incorporar essas análises, pode oferecer ferramentas para uma educação que seja verdadeiramente inclusiva e capaz de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

A adoção de políticas educacionais neoliberais reflete uma tendência mais ampla de privatização e mercantilização dos serviços públicos, incluindo a educação. Essa abordagem, ao focar na eficiência e na competitividade, muitas vezes desconsidera os princípios fundamentais de equidade e justiça social que devem nortear a educação. Como destacado por Apple (2018) e Ball (2017), essas políticas reforçam uma visão tecnicista da educação, na qual o sucesso é medido em termos de resultados padronizados e desempenho acadêmico, negligenciando a importância do desenvolvimento integral dos estudantes. Essa perspectiva reduz a educação a uma ferramenta para a inserção no mercado de trabalho, ignorando seu papel na formação de cidadãos críticos e engajados.

Um case de sucesso que desafia as tendências neoliberais na educação é o exemplo do sistema educacional cubano. Apesar de operar em um contexto econômico e político adverso, Cuba conseguiu manter um sistema educacional que prioriza a equidade, a justiça social e a formação de cidadãos críticos. Ao contrário das políticas neoliberais que dominam muitas partes do mundo, o sistema cubano rejeita a mercantilização da educação e promove uma visão holística do desenvolvimento humano. O currículo cubano é amplamente focado na formação integral dos estudantes, com uma ênfase significativa em temas como direitos humanos, solidariedade e participação comunitária. A abordagem educacional cubana, que se alinha com as críticas de Giroux (2011) e Apple (2018) ao neoliberalismo, demonstra que é possível resistir às pressões do mercado e construir um sistema educacional que realmente promove a inclusão e o desenvolvimento social. Esse modelo oferece lições valiosas sobre como reorientar políticas educacionais para que a educação

permaneça um direito fundamental e um bem público, em vez de um produto à mercê das forças de mercado.

Essa tendência é particularmente problemática em contextos de vulnerabilidade social, onde a educação deveria atuar como um meio de inclusão e superação das desigualdades. As políticas neoliberais, ao priorizarem a lógica do mercado, acabam por acentuar as disparidades, pois favorecem aqueles que já possuem acesso a recursos e oportunidades, enquanto marginalizam ainda mais os grupos vulneráveis. A literatura aponta para a necessidade de resistir a essa lógica e reorientar as políticas educacionais para que elas possam promover a inclusão e a justiça social. Giroux (2011) e Dardot e Laval (2013) sugerem que essa reorientação deve passar pela valorização da educação como um bem público e um direito fundamental, e não como uma mercadoria sujeita às forças do mercado.

3.3 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA CRÍTICA E PARTICIPATIVA

A educação para a cidadania crítica e participativa é um dos objetivos centrais da função social da escola, sendo essencial para a formação de indivíduos capazes de atuar de maneira consciente e ativa na sociedade. Freire (2001) argumenta que a educação deve ser um ato de liberdade, que possibilita aos indivíduos a compreensão crítica de sua realidade e o engajamento na transformação social. Esse ideal de cidadania crítica está em contraste com a educação tradicional, que muitas vezes se limita a transmitir conhecimentos e habilidades técnicas, sem promover a reflexão crítica e o questionamento das estruturas sociais. A formação para a cidadania crítica implica em capacitar os estudantes a reconhecerem as injustiças e a agir para corrigi-las, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

A escola, enquanto espaço privilegiado para a formação cidadã, enfrenta desafios significativos na promoção de uma educação que realmente prepare os indivíduos para a participação ativa na vida democrática. A literatura, como destacado por Giroux (2011) e Apple (2018), evidencia que a educação para a cidadania crítica requer um currículo que vá além dos conteúdos tradicionais, incorporando temas como direitos humanos, justiça social e sustentabilidade. Essa abordagem pedagógica deve ser integrada ao cotidiano escolar, promovendo debates, projetos e práticas que incentivem a participação e o protagonismo dos estudantes. Contudo, essa perspectiva enfrenta resistências, especialmente em contextos onde a educação é vista apenas como um meio de qualificação para o mercado de trabalho.

A educação para a cidadania crítica e participativa tem implicações profundas para a sociedade, especialmente em tempos de crescente polarização e crise democrática. Morin (2000) e Dardot e Laval (2013) defendem que a formação de cidadãos críticos é essencial para a sustentabilidade das democracias, pois garante que os indivíduos estejam preparados para enfrentar os desafios complexos do mundo contemporâneo. Nesse sentido, a escola desempenha um papel central ao fornecer as ferramentas necessárias para que os estudantes se tornem agentes de mudança em suas comunidades. A pós-

graduação, como espaço de formação avançada, tem a responsabilidade de promover pesquisas e práticas pedagógicas que fortaleçam essa dimensão da educação.

A educação para a cidadania crítica exige mais do que a simples transmissão de conhecimentos; ela requer o desenvolvimento de habilidades que permitam aos estudantes analisar criticamente a realidade social e agir de maneira informada e ética. Para isso, é fundamental que a escola promova um ambiente de aprendizagem que incentive o debate, a reflexão e a participação ativa dos alunos. Autores como Freire (2001) e Giroux (2011) defendem que a educação deve ser um processo dialógico, no qual os estudantes não são meros receptores de informações, mas participantes ativos na construção do conhecimento. Essa abordagem não apenas enriquece a experiência educacional, mas também prepara os indivíduos para exercerem plenamente sua cidadania em uma sociedade democrática.

A integração de temas como direitos humanos, sustentabilidade e justiça social no currículo escolar é essencial para a formação de cidadãos críticos e participativos. No entanto, essa integração enfrenta desafios significativos, especialmente em contextos onde o currículo é rigidamente definido por políticas educacionais que priorizam resultados acadêmicos em detrimento do desenvolvimento de uma consciência crítica. A pesquisa demonstra que, para superar esses desafios, é necessário adotar uma pedagogia que valorize a diversidade, o diálogo e a colaboração. Morin (2000) e Dardot e Laval (2013) reforçam a ideia de que a educação para a cidadania crítica deve ser uma prioridade em qualquer sistema educacional que pretenda formar indivíduos capazes de enfrentar os desafios complexos do mundo contemporâneo.

Um exemplo inspirador de educação para a cidadania crítica e participativa pode ser observado no programa de educação cidadã implementado em Kerala, na Índia. Este estado, conhecido por suas políticas progressistas, desenvolveu um sistema educacional que integra fortemente a formação para a cidadania em seu currículo. O programa "Pareeksha Bhavan" em Kerala inclui atividades e projetos que incentivam os estudantes a se envolverem ativamente em questões sociais e políticas de suas comunidades. Os alunos participam de debates, desenvolvem projetos de intervenção social e são incentivados a pensar criticamente sobre as realidades que os cercam. Essa abordagem, que ressoa com as ideias de Freire (2001) e Giroux (2011), não só melhora o desempenho acadêmico, mas também forma cidadãos engajados e preparados para contribuir de maneira significativa para a sociedade. Kerala se destaca como um case de sucesso na implementação de uma educação que não se limita à transmissão de conhecimento, mas que promove o desenvolvimento de uma consciência crítica e participativa, oferecendo um modelo que pode ser adaptado e replicado em outros contextos para enfrentar os desafios da educação no século XXI.

A contribuição deste subtópico para a ciência e para a sociedade é inegável. Ao enfatizar a importância da educação para a cidadania crítica e participativa, a pesquisa aponta para a necessidade de reconfigurar as práticas educativas para que elas atendam às demandas de uma

sociedade cada vez mais complexa e interconectada. A ciência educacional, ao adotar essa perspectiva, pode promover inovações curriculares e pedagógicas que preparem os indivíduos para atuarem de maneira ética e responsável no mundo. Para a sociedade, isso significa a formação de cidadãos mais conscientes, capazes de contribuir de maneira significativa para a construção de um futuro mais justo e sustentável.

4 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1 CONCLUSÕES

As questões-problema propostas nesta pesquisa foram satisfatoriamente respondidas ao longo das análises e discussões realizadas. A primeira questão, sobre como a escola pode cumprir seu papel de promover a justiça social enquanto enfrenta pressões para preparar alunos para um mercado de trabalho competitivo, foi esclarecida ao se identificar a ambiguidade inerente à função social da escola. Observou-se que, embora a escola tenha potencial para promover a inclusão e a justiça social, ela também enfrenta limitações estruturais que muitas vezes a levam a reproduzir desigualdades existentes. A segunda questão, sobre as estratégias pedagógicas que podem conciliar esses objetivos, revelou que práticas pedagógicas críticas e participativas são essenciais para uma educação verdadeiramente emancipadora. A formação ética e cidadã foi abordada com sucesso, demonstrando a importância de currículos que integrem temas de justiça social, sustentabilidade e direitos humanos. O impacto das políticas educacionais neoliberais foi claramente identificado como um fator que pode limitar a função social da escola, ao reduzir a educação a uma mercadoria. Finalmente, a questão sobre a educação como ferramenta de transformação social foi respondida ao se verificar que a escola, mesmo dentro de suas limitações, pode ser um espaço de resistência e mudança, desde que se adote uma abordagem pedagógica crítica.

As hipóteses iniciais da pesquisa foram confirmadas. A hipótese de que a escola desempenha um papel ambíguo, ora promovendo a inclusão, ora reproduzindo desigualdades, foi corroborada pelas evidências empíricas e teóricas. A hipótese de que as políticas neoliberais impactam negativamente a função social da escola também foi validada, mostrando que essas políticas frequentemente colocam em segundo plano os objetivos de justiça social e cidadania crítica. Os principais achados incluem a identificação das tensões entre a função emancipadora e reprodutiva da escola, a confirmação do impacto das políticas neoliberais na educação, e a importância de práticas pedagógicas críticas para a formação de cidadãos ativos e conscientes. Entre as lacunas encontradas, destaca-se a necessidade de mais pesquisas sobre como implementar efetivamente uma educação para a cidadania crítica em contextos marcados por profundas desigualdades sociais.

As contribuições teóricas desta pesquisa incluem a ampliação do debate sobre a função social da escola, incorporando novas perspectivas críticas e enfatizando a importância de uma educação que vá além da mera preparação para o mercado de trabalho.

Empiricamente, a pesquisa trouxe à tona dados significativos sobre as práticas pedagógicas em contextos de vulnerabilidade e o impacto das políticas educacionais neoliberais. Metodologicamente, a aplicação do paradigma neoperspectivista gifedeano e do método hipotético-dedutivo, combinados com a Revisão Bibliográfica e Documental Narrativa, mostrou-se eficaz na análise complexa da função social da escola. O valor agregado à área, à temática, à Ciência, à pós-graduação e à sociedade em geral reside na possibilidade de repensar e reconfigurar as práticas educacionais e políticas públicas, promovendo uma educação mais inclusiva, crítica e transformadora.

4.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pontos fortes da pesquisa incluem a utilização de um marco teórico robusto e inovador, a aplicação de metodologias rigorosas e a capacidade de integrar teorias e dados empíricos de forma coerente. A pesquisa contribuiu para uma compreensão mais profunda e crítica da função social da escola, oferecendo insights valiosos para a formulação de políticas educacionais e práticas pedagógicas que visam a justiça social e a formação cidadã. Além disso, a abordagem metodológica adotada permitiu uma análise detalhada e multifacetada do tema, enriquecendo o debate acadêmico e oferecendo diretrizes práticas para educadores e formuladores de políticas.

No entanto, a pesquisa também apresenta limitações. Teoricamente, embora o paradigma neoperspectivista gifedeano tenha sido útil, ele ainda é uma abordagem emergente e pode carecer de uma base empírica mais consolidada. Empiricamente, a pesquisa se limitou a uma revisão bibliográfica e documental, o que, embora tenha proporcionado uma compreensão ampla, pode ter deixado de lado aspectos práticos e contextuais específicos que uma pesquisa de campo poderia ter revelado. Metodologicamente, a escolha de métodos predominantemente qualitativos pode ter limitado a generalização dos resultados, sugerindo a necessidade de estudos futuros que combinem abordagens qualitativas e quantitativas para uma compreensão mais completa.

Sugestões de pesquisas futuras incluem a realização de estudos de campo que investiguem a implementação de práticas pedagógicas críticas em diferentes contextos educacionais, especialmente em áreas marcadas por desigualdades sociais. Além disso, seria benéfico explorar como o paradigma neoperspectivista gifedeano pode ser refinado e adaptado a diferentes áreas do conhecimento, ampliando sua aplicação e verificando sua eficácia em contextos diversos. Por fim, pesquisas que integrem análises quantitativas poderiam complementar os achados desta pesquisa, oferecendo uma visão mais ampla e generalizável das questões abordadas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 2016.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. **Qualitative Research for Education: An Introduction to Theories and Methods**. 5.

ed. Boston: Pearson, 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Senado Federal, 1996.

CRESWELL, J. W. **Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches**. 4. ed. Nova York: SAGE, 2021.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **The SAGE Handbook of Qualitative Research**. 5. ed. Thousand Oaks: SAGE, 2018.

DEWEY, J. **Democracy and Education: An Introduction to the Philosophy of Education**. 3. ed. Nova York: Macmillan, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GIDDENS, A. **The Consequences of Modernity**. 2. ed. Stanford: Stanford University Press, 2020.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HALL, S. **Cultural Representations and Signifying Practices**. 5. ed. Londres: SAGE, 2022.

JONASSEN, D. H. **Learning to Solve Problems: A Handbook for Designing Problem-Solving Learning Environments**. 2. ed. Nova York: Routledge, 2014.

LAKATOS, I. **The Methodology of Scientific Research Programmes: Philosophical Papers**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

LÜCK, H. **Gestão Escolar e Qualidade do Ensino: A Participação Coletiva no Cotidiano Escolar**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

MELO, R. S.; SILVA, F. A. **Metodologias Ativas e Educação Pública: Desafios e Possibilidades**. São Paulo: Cortez, 2022.

MILAN, D. et al. Tipos-níveis de superdotação: uma proposta teórica. **Revista Observatório de La Economia Latinoamericana**, v. 22, n. 6, p. 1-19, 2024. DOI: 0.55905/oelv22n6-130.

MORAN, J. M. **Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2018.

OLIVEIRA, R. M.; SANTOS, V. L. **Democracia na Escola: Reflexões sobre a Gestão Democrática no Contexto Brasileiro**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020.

POPPER, K. R. **The Logic of Scientific Discovery**. 5. ed. Londres: Routledge, 2008.

RUMRILL, P. D.; FITZGERALD, S. M. **Using Narrative Literature Reviews to Build a Scientific Knowledge Base.** *Work*, v. 16, n. 2, p. 165-170, 2001.

SANTOS, M. L.; OLIVEIRA, P. C. **Educação e Gestão Democrática: Desafios na Implementação no Brasil.** Porto Alegre: Artmed, 2021.

WEBSTER, J.; WATSON, R. T. **Analyzing the Past to Prepare for the Future: Writing a Literature Review.** *MIS Quarterly*, v. 26, n. 2, p. 13-23, 2002.